

Teresa Arruda Alvim

— NULIDADES DO —  
PROCESSO E DA SENTENÇA

---

9ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**IVIÊ A. M. LOUREIRO GOMES**

*Lider Técnica de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier e Daniela Medeiros Gonçalves Melo

*Estagiários:* Angélica Andrade, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros

*Capa:* Linotec

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Arruda Alvim, Teresa

Nulidades do processo e da sentença/Teresa Arruda Alvim. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-151-7

1. Julgamentos 2. Nulidades (Direito) I. Título.

18-19262

CDU-347.933:347.951(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil: Nulidades da sentença: Direito processual 347.933:347.951(81) 2. Brasil: Sentenças: Nulidades processuais: Direito processual 347.933:347.951(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

# SUMÁRIO

NOTA À 9.ª EDIÇÃO.....	11
CONSELHO DE APOIO, ESTRUTURAÇÃO E PESQUISA .....	13
NOTA INTRODUTÓRIA .....	21
01. SENTENÇA .....	25
1.1. Conceito de sentença .....	25
1.1.1. Sentença e extinção da fase cognitiva do procedimento comum, do processo, do procedimento?.....	25
1.1.2. A sentença não pode mais ser identificada exclusivamente a partir de seu conteúdo.....	30
1.1.3. Distinção entre sentenças, decisões interlocutórias e despachos – Comprometimento do princípio da correspondência entre decisões e recursos cabíveis.....	30
1.2. Sentenças processuais típicas.....	36
1.2.1. Noções gerais.....	36
1.2.2. Pressupostos processuais.....	38
1.2.2.1. Jurisdição – Competência e imparcialidade .....	39
1.2.2.2. “Capacidade” postulatória – Capacidade e legitimidade processual das partes .....	40
1.2.2.3. Petição inicial – Petição inicial apta.....	46
1.2.2.4. Citação – Citação válida .....	47
1.2.3. Condições da ação .....	49

1.2.3.1.	Possibilidade jurídica do pedido .....	49
1.2.3.2.	Legitimidade .....	51
1.2.3.3.	Interesse .....	53
1.2.3.4.	Condições de procedibilidade e notas conclusivas .....	56
1.3.	Sentenças processuais típicas e o art. 485 do CPC .....	57
1.4.	Sentenças processuais atípicas e o art. 485 do CPC .....	62
1.4.1.	Perempção da instância .....	62
1.4.2.	Abandono da causa por mais de trinta dias .....	62
1.4.3.	Perempção .....	64
1.4.4.	Convenção arbitral (compromisso arbitral e cláusula compromissória)...	67
1.4.5.	Desistência da ação .....	72
1.4.6.	Ação intransmissível .....	74
1.5.	Sentenças de mérito .....	75
1.5.1.	Natureza .....	76
1.5.2.	Classificação (sentenças declaratórias, condenatórias, constitutivas, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais) .....	79
1.5.3.	Elementos (relatório, fundamentação e decisório) .....	86
1.5.4.	O art. 487, III, <i>a, b, c</i> – Reconhecimento jurídico do pedido, transação e renúncia ao direito .....	91
1.5.5.	Prescrição e decadência .....	94
1.5.6.	Improcedência liminar do pedido .....	98
1.6.	Outras sentenças .....	100
1.6.1.	Sentença que extingue a execução (art. 925) .....	100
1.6.2.	Sentença arbitral .....	107
1.6.3.	Acordos extrajudiciais homologados .....	109
<b>02.</b>	<b>NULIDADES PROCESSUAIS .....</b>	<b>111</b>
2.1.	Validade e eficácia – Breve esclarecimento terminológico .....	111
2.2.	Noções propedêuticas sobre nulidades processuais – Principais diferenças em relação ao sistema de nulidades do direito privado .....	118
2.2.1.	Caráter publicístico do regime das nulidades do processo .....	127
2.2.2.	Algumas características usualmente atribuídas às nulidades absolutas e às relativas .....	129

2.3. A inexistência Jurídica e o Direito Público.....	131
2.4. Princípios gerais inspiradores do sistema de nulidades no processo.....	134
2.5. O sistema de nulidades como forma de controle.....	166
2.6. Espécies de vícios do processo.....	171
2.7. Atos inexistentes no processo – Meios de impugnação – O problema da "rescindibilidade" .....	175
2.8. O direito positivo brasileiro.....	181
2.9. Distinção entre os regimes jurídicos das nulidades absolutas e das relativas (anulabilidades) – Inocorrência de preclusão relativamente às nulidades absolutas.....	193
2.10. Função dos princípios, no plano pragmático.....	197
2.11. Regime jurídico das nulidades absolutas e relativas, no âmbito recursal .....	210
2.11.1. Âmbito da devolutividade da apelação – Efeito translativo.....	210
2.11.2. Possibilidade de saneamento das nulidades, em sede de apelação (arts. 932, parágrafo único; 938, §§ 1º, 2º, 3º e 4º).....	217
2.11.3. As nulidades absolutas e os recursos de efeito devolutivo restrito .....	221
2.11.3.1. Considerações gerais.....	221
2.11.3.2. Embargos de declaração.....	221
2.11.3.3. Recursos especial e extraordinário.....	225
<b>03. SENTENÇAS INEXISTENTES E NULAS – TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>235</b>
3.1. Noções gerais – ato inexistente e ato nulo.....	236
3.2. Vícios intrínsecos (da sentença em si mesma).....	248
3.2.1. Categorias de vícios que podem macular a sentença.....	248
3.2.2. Extensão do decisório – Sentenças <i>extra</i> e <i>ultra petita</i> .....	250
3.2.3. Ausência (ou defeito) de relatório, de fundamentação, de decisório.....	262
3.2.4. A falta de fundamentação.....	288
3.2.5. Exceção de pré-executividade e sentenças juridicamente inexistentes... ..	290
3.2.6. Efeito suspensivo da ação rescisória e da declaratória da inexistência jurídica da sentença .....	297
3.3. Vícios extrínsecos (do processo em que a sentença foi proferida).....	298
3.3.1. A falta de pressupostos genéricos de admissibilidade do julgamento de mérito.....	298
3.3.2. O caso específico da ausência de citação.....	304

3.3.3.	Citação de pessoa falecida (ou extinta).....	311
3.3.4.	Citação e teoria da aparência.....	312
3.3.5.	Defeitos do mandado de citação – A ausência da advertência do art. 250, II.....	317
3.3.6.	Ausência de citação, impugnação e embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	318
3.4.	Sentenças rescindíveis.....	320
3.4.1.	Considerações gerais.....	320
3.4.2.	Ação rescisória e ação declaratória de inconstitucionalidade.....	323
3.4.3.	Ação rescisória e ação declaratória de constitucionalidade.....	338
3.4.4.	Sentença contrária à Constituição e impugnação à execução (art. 525, § 12º, do CPC) – Função rescindente da impugnação à execução?.....	340
3.4.5.	A Súmula 343 do STF.....	345
3.5.	Hipótese de cabimento da ação rescisória.....	359
3.5.1.	Fraudes do juiz (art. 966, I).....	359
3.5.2.	Parcialidade do juiz e incompetência absoluta (art. 966, II).....	361
3.5.3.	Conduta inadequada das partes (art. 966, III).....	363
3.5.4.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV) e litispendência.....	365
3.5.5.	Violação a norma jurídica.....	368
3.5.5.1.	Ação rescisória e violação a princípio jurídico (art. 966, V).....	370
3.5.6.	Falsidade de prova (art. 966, VI).....	378
3.5.7.	Prova nova (art. 966, VII).....	379
3.5.8.	Erro de fato (art. 966, VIII).....	381
3.5.9.	Desrespeito a Súmula e a julgamento de casos repetitivos.....	383
3.6.	Sentenças nulas, ação rescisória, prazo e mandado de segurança.....	384
3.6.1.	Termo inicial do prazo para propositura de ação rescisória.....	384
3.6.1.1.	A coisa julgada e a admissibilidade dos recursos.....	385
3.6.1.2.	Existência de mais de uma coisa julgada no mesmo processo.....	388
3.6.1.3.	Outros termos iniciais.....	391
3.6.1.4.	O direito canônico e os termos iniciais para a impugnação de sentenças.....	394
3.7.	Mandado de segurança contra coisa julgada.....	397

---

3.7.1. Tutela antecipada em ação rescisória.....	402
3.8. Sentenças inexistentes (vícios intrínsecos e processos inexistentes).....	404
3.8.1. Considerações gerais .....	404
3.8.2. Sentenças e processos juridicamente inexistentes.....	406
3.8.3. Ação declaratória de inexistência jurídica.....	416
3.8.4. Fungibilidade entre ação declaratória de inexistência e ação rescisória....	433
NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO.....	439
BIBLIOGRAFIA .....	449
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	469
ÍNDICE DE TEMAS.....	479